

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em **31/12/2021** da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB Saromcredi, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB Saromcredi completou 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB Saromcredi obteve um resultado de R\$ 13.820.199,01 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 19,11%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 151.196.155,96. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 414.795.192,65.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

| | | |
|--------------------|--------------------|--------|
| Carteira Rural | R\$ 109.320.187,66 | 26,36% |
| Carteira Comercial | R\$ 305.475.004,99 | 73,64% |

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 12,33% da carteira, no montante de R\$ 51.138.691,97.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 422.926.451,85, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 35,02%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

| | | |
|--|--------------------|--------|
| Depósitos à Vista | R\$ 140.786.563,72 | 33,29% |
| Depósitos Sob Aviso | R\$ 113.337,57 | 0,03% |
| Depósitos a Prazo | R\$ 262.041.319,94 | 61,96% |
| Letras de Crédito do Agronegócio – LCA | R\$ 11.301.092,66 | 2,67% |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | R\$ 8.684.137,96 | 2,05% |

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 11,14% da captação, no montante de R\$ 47.101.079,36.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência – PR do SICOOB Saromcredi era de R\$ 69.094.267,57. O quadro de associados era composto por 36.612 Cooperados, havendo um acréscimo de 26,05% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Saromcredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda sua Unidade de Controles Internos e Riscos composta por 01 (um) Analista de Controle Interno Sênior, 02 (dois) Analistas de Controle Interno Júnior e por uma Supervisora de Controle Interno, supervisionados diretamente pelo SICOOB Central Cecemge.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Instruções Gerais (MIG) - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Saromcredi aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021 foram registradas 28 (vinte e oito) demandas no Sistema de Ouvidoria do SICOOB direcionadas ao SICOOB Saromcredi, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 27 (vinte e sete) reclamações, 13 (treze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular BACEN nº 3.700/14.

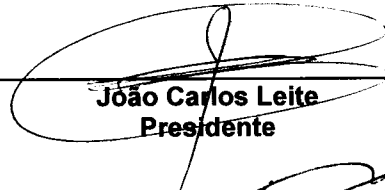
Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas - MG, 31 de janeiro de 2022.



João Carlos Leite
Presidente



Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro



Éder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios



Honório Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador



Glauter Tadeu da Costa
Contador – CRC MG-123423/O-1



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO | Notas | 594.955.731,61 | 411.998.317,00 |
| DISPONIBILIDADES | 4 | 4.398.186,73 | 3.627.882,21 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 575.072.797,47 | 395.199.196,79 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 4.472.416,46 | 2.180.572,26 |
| Relações Interfinanceiras | 4 | 151.196.155,96 | 135.345.456,24 |
| Centralização Financeira | | 151.196.155,96 | 135.345.456,24 |
| Operações de Crédito | 6 | 414.795.192,65 | 255.383.297,88 |
| Outros Ativos Financeiros | 7 | 4.609.032,40 | 2.289.870,41 |
| (-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO | | (17.751.617,59) | (11.141.994,41) |
| (-) Operações de Crédito | 6 | (17.387.598,29) | (11.007.834,88) |
| (-) Outras | 8 | (364.019,30) | (134.159,53) |
| OUTROS ATIVOS | 9 | 2.893.494,30 | 644.722,71 |
| INVESTIMENTOS | 10 | 9.021.319,88 | 6.789.919,78 |
| IMOBILIZADO DE USO | 11 | 27.928.556,09 | 21.817.246,67 |
| INTANGÍVEL | 12 | 660.980,17 | 474.311,31 |
| (-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES | | (7.267.985,44) | (5.412.968,06) |
| TOTAL DO ATIVO | | 594.955.731,61 | 411.998.317,00 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|--------------|-----------------------|-----------------------|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas | 594.955.731,61 | 411.998.317,00 |
| DEPÓSITOS | 13 | 402.941.221,23 | 307.280.727,82 |
| Depósitos à Vista | | 140.786.563,72 | 125.305.443,08 |
| Depósitos Sob Aviso | | 113.337,57 | - |
| Depósitos a Prazo | | 262.041.319,94 | 181.975.284,74 |
| DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 104.635.499,67 | 37.965.990,51 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | 14 | 19.985.230,62 | 5.949.261,45 |
| Relações Interfinanceiras | | 53.932.749,20 | 30.880.449,35 |
| Repasse Interfinanceiros | 15 | 53.932.749,20 | 30.880.449,35 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 15 | 30.238.229,46 | - |
| Outros Passivos Financeiros | 16 | 479.290,39 | 1.136.279,71 |
| PROVISÕES | 18 | 3.578.537,32 | 2.309.554,66 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS | 19 | 838.333,53 | 647.835,75 |
| OUTROS PASSIVOS | 20 | 10.661.656,24 | 7.811.730,60 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 21 | 72.300.483,62 | 55.982.477,66 |
| CAPITAL SOCIAL | | 28.591.943,63 | 20.770.914,05 |
| RESERVAS DE SOBRAS | | 41.815.426,23 | 32.340.667,76 |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | | 1.893.113,76 | 2.870.895,85 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 594.955.731,61 | 411.998.317,00 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.

CNPJ: 66.402.207/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS (Em Reais)

| | Notas | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-----------|------------------------|------------------------|------------------------|
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 34.392.061,16 | 56.302.729,40 | 37.100.322,17 |
| Operações de Crédito | 24 | 29.917.065,74 | 49.983.757,23 | 33.947.737,38 |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 36 | 4.409.920,00 | 6.230.516,45 | 3.076.836,62 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 65.075,42 | 88.455,72 | 68.712,24 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | - | - | 7.035,93 |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 25 | (13.079.427,73) | (18.008.846,97) | (8.329.395,98) |
| Operações de Captação no Mercado | | (7.972.527,86) | (10.821.816,30) | (4.616.683,82) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | | (1.233.143,64) | (1.981.629,70) | (1.587.717,82) |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | | (3.873.756,23) | (5.205.400,97) | (2.124.994,34) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 21.312.633,43 | 38.293.882,43 | 28.770.926,19 |
| OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS | | (12.114.601,17) | (22.834.528,90) | (15.947.159,75) |
| Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços | 26 | 4.671.594,74 | 7.314.393,28 | 5.243.034,91 |
| Rendas de Tarifas | 27 | 1.074.200,29 | 2.098.205,85 | 2.162.398,03 |
| Dispêndios e Despesas de Pessoal | 28 | (10.210.061,01) | (18.732.457,28) | (13.569.340,01) |
| Outros Dispêndios e Despesas Administrativas | 29 | (8.572.974,12) | (15.169.508,30) | (10.860.976,41) |
| Dispêndios e Despesas Tributárias | | (307.692,03) | (549.936,02) | (403.457,58) |
| Outros Ingressos e Receitas Operacionais | 30 | 1.638.409,16 | 2.913.288,95 | 2.080.389,81 |
| Outros Dispêndios e Despesas Operacionais | 31 | (408.078,20) | (708.515,38) | (599.208,50) |
| PROVISÕES | 32 | (152.317,53) | (247.166,42) | 355.504,39 |
| Provisões/Reversões para Contingências | | (1.781,12) | (2.500,89) | (1.511,02) |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | | (150.536,41) | (244.665,53) | 357.015,41 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 9.045.714,73 | 15.212.187,11 | 13.179.270,83 |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS | 33 | 38.547,24 | 135.587,33 | 111.258,98 |
| Lucros em Transações com Valores e Bens | | 34.690,11 | 137.976,47 | 112.100,32 |
| Prejuízos em Transações com Valores e Bens | | (169,43) | (1.837,29) | (1.912,76) |
| Ganhos de Capital | | 12.073,31 | 19.507,52 | 15.941,76 |
| Rendas de Aluguel | | 216,19 | 216,19 | - |
| Perdas de Capital | | (8.262,94) | (20.275,56) | (14.870,34) |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES | | 9.084.261,97 | 15.347.774,44 | 13.290.529,81 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (270.699,13) | (456.963,78) | (415.500,05) |
| Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperativos | | (137.232,31) | (254.012,16) | (250.687,53) |
| Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperativos | | (133.466,82) | (202.951,62) | (164.812,52) |
| PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS | | (729.344,24) | (1.070.611,65) | (865.341,23) |
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL | | 8.084.218,60 | 13.820.199,01 | 12.009.688,53 |
| JUROS AO CAPITAL | 23 | (1.016.112,57) | (1.016.112,57) | (526.105,11) |
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES | | 7.068.106,03 | 12.804.086,44 | 11.483.583,42 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.
CNPJ: 66.402.207/0001-09
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)

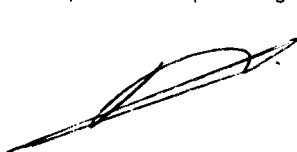
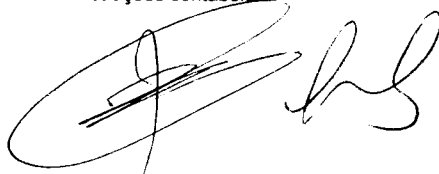
| | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL | 8.084.218,60 | 13.820.199,01 | 12.009.688,53 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - | - |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE | 8.084.218,60 | 13.820.199,01 | 12.009.688,53 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

| | Notas | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES | | 9.084.261,97 | 15.347.774,44 | 13.290.529,81 |
| Distribuição de Sobras e Dividendos | | - | (167.760,34) | (227.436,90) |
| Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | | 3.873.756,23 | 5.205.400,97 | 2.124.994,34 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | | 150.536,41 | 244.665,53 | (357.015,41) |
| Provisões/Reversões para Contingências | | 1.781,12 | 2.500,89 | 1.511,02 |
| Atualização de Depósitos em Garantia | | (19.589,85) | (31.364,05) | (19.323,34) |
| Ganhos/Perdas por Baixas de Imobilizado | | 5.724,97 | 19.405,45 | 17.834,22 |
| Depreciações e Amortizações | | 869.148,24 | 1.643.785,48 | 1.120.777,66 |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO | | 13.965.619,09 | 22.264.408,37 | 15.951.871,40 |
| Aumento / Redução em Ativos Operacionais | | | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | (2.932.965,79) | (2.291.844,20) | 658.731,47 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | - | - | 278.469,79 |
| Operações de Crédito | | (99.479.709,67) | (157.872.384,95) | (82.149.273,67) |
| Outros Ativos Financeiros | | (1.800.903,35) | (2.423.085,55) | (94.689,06) |
| Outros Ativos | | (1.099.303,95) | (2.248.771,59) | (306.271,18) |
| Aumento / Redução em Passivos Operacionais | | | | |
| Depósitos à Vista | | 4.589.179,33 | 15.481.120,64 | 59.520.660,35 |
| Depósitos Sob Aviso | | (2.535,49) | 113.337,57 | - |
| Depósitos a Prazo | | 27.928.035,15 | 80.066.035,20 | 53.870.702,61 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | | 13.440.851,32 | 14.035.969,17 | 18.351,58 |
| Relações Interfinanceiras | | 22.736.166,71 | 23.052.299,85 | (410.067,80) |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | | 30.238.229,46 | 30.238.229,46 | - |
| Outros Passivos Financeiros | | 51.006,59 | (656.989,32) | 230.810,71 |
| Provisões | | 966.117,55 | 1.021.816,24 | 85.569,91 |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas | | 315.144,51 | 190.497,78 | (62.261,47) |
| Outros Passivos | | 1.248.337,14 | 763.201,42 | (154.173,50) |
| FATES - Atos Cooperativos | | (2.524.151,69) | (2.524.151,69) | (3.445.075,03) |
| Imposto de Renda | | (137.232,31) | (254.012,16) | (250.687,53) |
| Contribuição Social | | (133.466,82) | (202.951,62) | (164.812,52) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 7.368.417,78 | 18.752.724,62 | 43.577.556,06 |
| Atividades de Investimentos | | | | |
| Distribuição de Dividendos | | - | 46.805,89 | 122.833,71 |
| Distribuição de Sobras da Central | | - | 120.954,45 | 104.603,19 |
| Alienação de Imobilizações de Uso | | 5.047,44 | 200.570,54 | 93.103,19 |
| Aquisição de Intangível | | (50.573,80) | (50.573,80) | (37.883,50) |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | | (3.718.099,49) | (6.274.925,64) | (4.871.839,94) |
| Aquisição de Investimentos | | (984.123,67) | (2.231.400,10) | (793.484,33) |
| Outros Ajustes | | 6.476,84 | 18.777,07 | 10.555,57 |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS | | (4.741.272,66) | (6.169.791,59) | (5.372.112,11) |
| Atividades de Financiamentos | | | | |
| Aumento por Novos Aportes de Capital | | 718.392,21 | 877.900,97 | 228.831,09 |
| Devolução de Capital a Cooperados | | (538.787,85) | (710.011,88) | (840.204,20) |
| Estorno de Capital | | (5.466,67) | (7.785,67) | (2.167,00) |
| Distribuição de Sobras para Associados | 21 | - | (1.445.132,75) | (15.718,08) |
| Juros Sobre o Capital Próprio (Líquido) | 23 | 1.008.156,64 | 1.008.156,64 | 515.027,37 |
| Aumento no Capital por Incorporações | 1 | 4.916.189,57 | 5.227.006,42 | - |
| Aumento nas Reservas por Incorporações | 1 | - | 1.271.265,49 | - |
| Sobras/Perdas por Incorporações | 21 | (183.328,01) | (183.328,01) | - |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS | | 5.915.155,89 | 6.038.071,21 | (114.230,82) |
| AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 8.542.300,99 | 16.621.004,24 | 38.091.513,13 |
| Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | | 147.052.041,70 | 138.973.338,45 | 100.881.825,32 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período | | 155.594.342,69 | 155.594.342,69 | 138.973.338,45 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 8.542.300,99 | 16.621.004,24 | 38.091.513,13 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

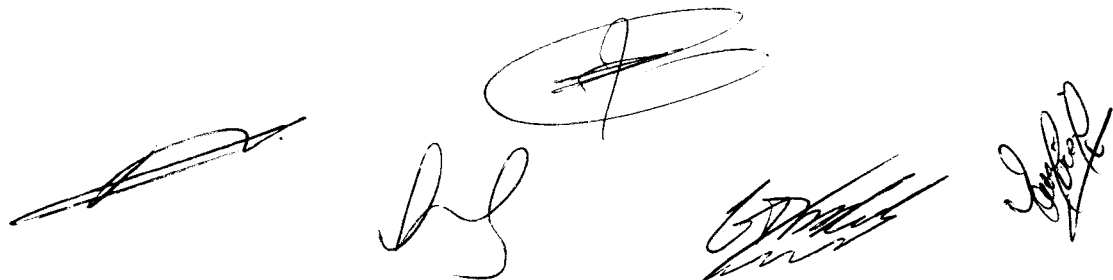





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)

| Eventos | Notas | Capital | | Reservas de Sobras | Sobras ou Perdas Acumuladas | Totais |
|--|-------|----------------------|--------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| | | Capital Subscrito | Capital a Realizar | Fundo de Reserva | | |
| Saldos em 31/12/2019 | | 18.692.362,21 | (11.096,47) | 27.173.656,22 | 2.293.878,13 | 48.066.200,09 |
| Destinações das Sobras do Exercício Anterior: | | | | | | |
| Distribuição de Sobras para Associados | | 2.278.160,05 | - | - | (2.293.878,13) | (15.718,08) |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 227.713,62 | 1.117,47 | - | - | 228.831,09 |
| Por Devolução (-) | | (840.204,20) | - | - | - | (840.204,20) |
| Estorno de Capital | | (2.167,00) | - | - | - | (2.167,00) |
| Sobras ou Perdas do Período | | | | | 12.009.688,53 | 12.009.688,53 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | (526.105,11) | (526.105,11) |
| Juros sobre o Capital Próprio (Líquido) | | 515.027,37 | - | - | - | 515.027,37 |
| Destinações das Sobras do Período: | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 5.167.612,54 | (5.167.612,54) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | (3.445.075,03) | (3.445.075,03) |
| Saldos em 31/12/2020 | | 20.766.892,06 | (9.976,00) | 32.346.667,76 | 2.870.695,85 | 56.962.477,66 |
| Destinações das Sobras do Exercício Anterior: | 21 | | | | | |
| Distribuição de Sobras para Associados | | 1.425.763,10 | - | - | (2.870.895,85) | (1.445.132,75) |
| Constituição de Reservas por Incorporações | 1 | | | 1.271.265,49 | - | 1.271.265,49 |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 871.744,84 | 6.006,13 | - | - | 877.750,97 |
| Por Devolução (-) | | (710.011,88) | - | - | - | (710.011,88) |
| Estorno de Capital | | (7.785,67) | - | - | - | (7.785,67) |
| Sobras ou Perdas do Período | | | | | 13.820.199,01 | 13.820.199,01 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | 23 | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | (1.016.112,57) | (1.016.112,57) |
| Juros sobre o Capital Próprio (Líquido) | | 1.008.156,64 | - | - | - | 1.008.156,64 |
| Movimentações por Incorporações | 1 | 5.227.006,42 | 150,00 | - | (183.328,01) | 5.043.828,41 |
| Destinações das Sobras do Período: | 21 | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 8.203.492,98 | (8.203.492,98) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | (2.524.151,69) | (2.524.151,69) |
| Saldos em 31/12/2021 | | 28.695.766,50 | (3.821,87) | 41.816.426,23 | 1.893.113,76 | 72.300.483,62 |
| Saldos em 30/06/2021 | | 22.600.910,10 | (7.480,37) | 33.811.933,25 | 6.736.980,41 | 61.841.373,39 |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 714.913,71 | 3.478,50 | - | - | 718.392,21 |
| Por Devolução (-) | | (538.787,85) | - | - | - | (538.787,85) |
| Estorno de Capital | | (5.466,67) | - | - | - | (5.466,67) |
| Sobras ou Perdas do Período | | | | | 8.084.218,60 | 8.084.218,60 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | 23 | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | (1.016.112,57) | (1.016.112,57) |
| Juros sobre o Capital Próprio (Líquido) | | 1.008.156,64 | - | - | - | 1.008.156,64 |
| Movimentações por Incorporações | 1 | 4.916.039,57 | 150,00 | - | (183.328,01) | 4.732.861,56 |
| Destinações das Sobras do Período: | 21 | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 8.203.492,98 | (8.203.492,98) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | (2.524.151,69) | (2.524.151,69) |
| Saldos em 31/12/2021 | | 28.695.766,50 | (3.821,87) | 41.816.426,23 | 1.893.113,76 | 72.300.483,62 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA. - SICOOB SAROMCREDI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/06/1991, filiada à **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SAROMCREDI**, sediado à Rua 15 de Novembro, nº 31 – Centro, São Roque de Minas – MG, CEP: 37928-000, possui 19 (dezenove) Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Alfenas – MG, Alterosa – MG (02), Cássia - MG, Bambuí – MG, Delfinópolis - MG, Fortaleza de Minas – MG, Ibitiúra de Minas – MG, Jacutinga – MG, Medeiros – MG, Monte Sião – MG, Passos – MG (02), Poços de Caldas – MG (02), Pratinha – MG, São João Batista do Glória - MG, Senador José Bento – MG, Vargem Bonita - MG.

O **SICOOB SAROMCREDI** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação Especial

Em **01/02/2021**, o **SICOOB SAROMCREDI**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento dos Ativos e a ampliação de sua área de atuação, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. - CREFENAS**, CNPJ: **02.414.044/0001-93**, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em **01/02/2021** e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº **0000186820**. Demonstrem-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos na data de **01/02/2021**:

| Descrição dos Principais Saldos Incorporados | Valores dos Saldos Incorporados | Em R\$ |
|--|---------------------------------|---------------|
| Capital Social | | 310.966,85 |
| Centralização Financeira | | 27.558.366,37 |
| Depósitos à Vista e a Prazo | | 27.422.634,39 |
| Investimentos e Imobilizado de Uso | | 733.754,62 |
| Operações de Crédito | | 892.577,54 |
| Reserva Legal | | 1.271.265,49 |

Em **01/12/2021**, o **SICOOB SAROMCREDI**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento dos Ativos e a ampliação de sua área de atuação, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da **Cooperativa de Crédito Rural de Alterosa Ltda - COOPEROSA**, CNPJ: **71.437.123/0001-32**, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em **18/02/2021** e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº **0000186877**. Demonstrem-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos na data de **01/12/2021**:

Em R\$

| Descrição dos Principais Saldos Incorporados | Valores dos Saldos Incorporados |
|--|---------------------------------|
| Capital Social | 4.915.889,57 |
| Centralização Financeira | 5.418.007,64 |
| Depósitos à Vista e a Prazo | 17.314.077,46 |
| Investimentos e Imobilizado de Uso | 1.569.492,40 |
| Operações de Crédito | 13.687.469,27 |
| Perdas Acumuladas | -183.328,01 |

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **31 de janeiro de 2022**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 04 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

I) No Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

II) Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

III) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

IV) Readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem Aplicadas em Períodos Futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817 de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior; inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33 de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92 de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do SICOOB, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estão fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O **SICOOB SAROMCREDI** cumpriu rigorosamente as recomendações, orientações, normas e leis de prevenção e combate a pandemia de COVID-19, como: distribuição de máscaras, uso obrigatório de álcool em gel em suas dependências, higienização constante das instalações, distanciamento mínimo em filas e locais de espera, Home Office, treinamentos e reuniões através de videoconferência, realização de exames laboratoriais de COVID-19 e quarentena de colaboradores.

3. **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB S.A.**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, equipamentos de comunicação e de segurança, móveis e equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Artigo 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

| Descrição | Em R\$ | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Disponibilidades (a) | 4.398.186,73 | 3.627.882,21 |
| Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (b) | 151.196.155,96 | 135.345.456,24 |
| Total | 155.594.342,69 | 138.973.338,45 |

- a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, conforme determinado no Artigo 24 da Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Ligadas | 4.472.416,46 | 0,00 | 2.180.572,26 | 0,00 |
| TOTAL | 4.472.416,46 | 0,00 | 2.180.572,26 | 0,00 |

a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB S.A.** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, foram respectivamente:

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------|------------|
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 65.075,42 | 88.455,72 | 68.712,24 |

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Em R\$

| Modalidade | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 105.046.023,10 | 174.709.687,81 | 279.755.710,91 | 54.586.484,84 | 113.733.267,56 | 168.319.752,40 |
| Financiamentos | 7.973.849,26 | 17.745.444,82 | 25.719.294,08 | 5.489.469,67 | 11.300.293,50 | 16.789.763,17 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 62.213.474,51 | 47.106.713,15 | 109.320.187,66 | 39.135.256,11 | 31.138.526,20 | 70.273.782,31 |
| Total de Operações de Crédito | 175.233.346,87 | 239.561.845,78 | 414.795.192,65 | 99.211.210,62 | 156.172.087,26 | 255.383.297,88 |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | -7.578.738,97 | -9.808.859,32 | -17.387.598,29 | -4.113.099,51 | -6.894.735,37 | -11.007.834,88 |
| TOTAL | 167.654.607,90 | 229.752.986,46 | 397.407.594,36 | 95.098.111,11 | 149.277.351,89 | 244.375.463,00 |

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Em R\$

| Nível / Percentual de Risco / Situação | Empréstimos / Títulos Descontados | Financiamentos | Financiamentos Rurais | Total em 31/12/2021 | Provisões 31/12/2021 | Total em 31/12/2020 | Provisões 31/12/2020 |
|--|-----------------------------------|----------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| AA - Normal | 21.682.414,93 | 1.740.104,57 | 21.888.825,71 | 45.311.345,21 | 0,00 | 28.313.224,45 | 0,00 |
| A 0,50% Normal | 99.856.790,27 | 10.356.046,57 | 59.784.597,50 | 169.997.434,34 | -849.987,17 | 124.546.839,07 | -622.734,20 |
| B 1% Normal | 82.417.232,74 | 6.976.445,60 | 17.792.056,84 | 107.185.735,18 | -1.071.857,35 | 56.061.243,56 | -560.612,44 |
| B 1% Vencidas | 260.851,98 | 0,00 | 0,00 | 260.851,98 | -2.608,52 | 93.035,58 | -930,36 |
| C 3% Normal | 49.611.810,85 | 5.156.360,71 | 7.744.573,76 | 62.512.745,32 | -1.875.383,95 | 25.318.834,60 | -759.566,00 |
| C 3% Vencidas | 945.972,45 | 72.101,30 | 198.081,66 | 1.216.155,41 | -36.484,66 | 143.534,58 | -4.306,04 |
| D 10% Normal | 8.134.715,42 | 576.970,82 | 378.490,41 | 9.090.176,65 | -909.017,67 | 10.426.212,27 | -1.042.621,23 |
| D 10% Vencidas | 770.823,50 | 95.313,45 | 13.797,43 | 879.934,38 | -87.993,44 | 353.915,24 | -35.391,52 |
| E 30% Normal | 2.925.863,68 | 212.583,42 | 263.595,62 | 3.402.042,72 | -1.020.612,82 | 1.953.810,18 | -586.143,05 |
| E 30% Vencidas | 1.913.570,20 | 162.000,47 | 441.501,32 | 2.517.071,99 | -755.121,60 | 372.851,55 | -111.855,47 |
| F 50% Normal | 995.495,54 | 183.178,60 | 507.087,11 | 1.685.761,25 | -842.880,63 | 683.093,82 | -341.546,91 |
| F 50% Vencidas | 701.172,17 | 54.480,57 | 74.177,21 | 829.829,95 | -414.914,98 | 137.237,19 | -68.618,60 |
| G 70% Normal | 871.729,77 | 63.903,82 | 74.883,34 | 1.010.516,93 | -707.361,85 | 165.381,75 | -115.767,22 |
| G 70% Vencidas | 234.528,34 | 39.530,62 | 0,00 | 274.058,96 | -191.841,27 | 187.807,33 | -131.465,13 |



SICOOB
Saromcredi

| | | | | | | | | | |
|-----------------------|------|----------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| H | 100% | Normal | 6.072.109,14 | 25.280,26 | 102.299,65 | 6.199.689,05 | -6.199.689,05 | 5.015.196,01 | -5.015.196,01 |
| H | 100% | Vencidas | 2.360.629,93 | 4.993,30 | 56.220,10 | 2.421.843,33 | -2.421.843,33 | 1.611.080,70 | -1.611.080,70 |
| Total Normal | | | 272.568.162,34 | 25.290.874,37 | 108.536.409,94 | 406.396.446,65 | -13.476.790,49 | 252.483.835,71 | -9.044.187,06 |
| Total Vencidos | | | 7.187.548,57 | 428.419,71 | 783.777,72 | 8.399.746,00 | -3.910.807,80 | 2.899.462,17 | -1.963.647,82 |
| Total Geral | | | 279.755.710,91 | 25.719.294,08 | 109.320.187,66 | 414.795.192,65 | -17.387.598,29 | 255.383.297,88 | -11.007.834,88 |
| Provisões | | | -15.240.637,46 | -679.509,35 | -1.467.451,48 | -17.387.598,29 | | -11.007.834,88 | |
| Total Líquido | | | 264.515.073,45 | 25.039.784,73 | 107.852.736,18 | 397.407.594,36 | | 244.375.463,00 | |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em R\$

| Tipo | Até 90 dias | De 91 até 360 dias | Acima de 360 dias | Total |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos e Títulos Descontados | 40.752.828,28 | 64.293.194,82 | 174.709.687,81 | 279.755.710,91 |
| Financiamentos | 2.111.371,15 | 5.862.478,11 | 17.745.444,82 | 25.719.294,08 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 5.345.650,50 | 56.867.824,01 | 47.106.713,15 | 109.320.187,66 |
| TOTAL | 48.209.849,93 | 127.023.496,94 | 239.561.845,78 | 414.795.192,65 |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em R\$

| Descrição | Empréstimos / Títulos Descontados | Financiamentos | Financiamentos Rurais | 31/12/2021 | % da Carteira |
|---------------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Setor Privado - Comércio | 63.312.632,78 | 2.459.860,35 | 0,00 | 65.772.493,13 | 15,85 |
| Setor Privado - Indústria | 16.536.631,38 | 713.594,11 | 0,00 | 17.250.225,49 | 4,16 |
| Setor Privado - Serviços | 44.519.417,22 | 3.098.165,20 | 0,00 | 47.617.582,42 | 11,48 |
| Pessoa Física | 154.062.488,27 | 19.203.612,71 | 109.320.187,66 | 282.586.288,64 | 68,13 |
| Outros | 1.324.541,21 | 244.061,71 | 0,00 | 1.568.602,92 | 0,38 |
| TOTAL | 279.755.710,86 | 25.719.294,08 | 109.320.187,66 | 414.795.192,60 | 100,00 |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo Inicial | 11.007.834,88 | 11.380.617,18 |
| Constituições / Reversões | 8.129.138,69 | 2.106.775,48 |
| Transferências para Prejuízo | (1.749.375,28) | (2.479.557,78) |
| Saldo Final | 17.387.598,29 | 11.007.834,88 |

f) Concentração dos principais devedores:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | % Carteira Total | 31/12/2020 | % Carteira Total |
|----------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Maior Devedor | 6.722.792,65 | 1,62 | 3.769.644,97 | 1,48 |
| 10 Maiores Devedores | 33.473.122,26 | 8,07 | 21.538.054,36 | 8,43 |
| 50 Maiores Devedores | 84.774.017,98 | 20,44 | 55.313.710,70 | 21,66 |

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Saldo Inicial | 8.200.197,83 | 7.127.195,23 |
| Valor das Operações Transferidas no Período | 1.749.375,28 | 2.479.557,78 |
| Implantação de Saldos de Incorporações | 1.501.508,86 | 0,00 |
| Valor das Operações Recuperadas no Período | (2.495.781,87) | (1.405.056,04) |
| Valor dos Descontos Concedidos nas Operações Recuperadas | (18.470,15) | (1.499,14) |
| Saldo Final | 8.936.829,95 | 8.200.197,83 |

7. Outros Ativos Financeiros

São compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Avais e Fianças Honorados (a) | 582.200,11 | 0,00 | 171.093,82 | 0,00 |
| Rendas a Receber (b) | 1.748.191,67 | 0,00 | 524.512,99 | 0,00 |
| Devedores por Depósitos em Garantia (c) | 0,00 | 2.241.980,42 | 0,00 | 1.586.308,60 |
| Títulos e Créditos a Receber (d) | 36.660,20 | 0,00 | 7.955,00 | 0,00 |
| TOTAL | 2.367.051,98 | 2.241.980,42 | 703.561,81 | 1.586.308,60 |

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honorados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito e operações de crédito do BNDES vencidas de associados da Cooperativa cedidas pelo BANCO SICOOB S.A., em virtude de coobrigação contratual.
- (b) Em Rendas a Receber estão registradas rendas a receber de cartões (R\$ 284.343,85), centralização financeira (R\$ 1.236.340,10), comissionamento da Poupança Cooperada (R\$ 30.687,77), convênios de arrecadação e recebimentos (R\$ 31.511,87), comissionamento de seguros (R\$ 116.636,26) e rendas de transações interfinanceiras (R\$ 48.671,82).
- (c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para PIS Folha (R\$ 881.716,60) e COFINS sobre atos cooperativos (R\$ 1.360.263,82).
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas.

8. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|--------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisões para Avais e Fianças Honorados | -364.019,30 | 0,00 | -134.159,53 | 0,00 |
| TOTAL | -364.019,30 | 0,00 | -134.159,53 | 0,00 |

- b) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Em R\$

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | | Avais e Fianças Honorados | Total em 31/12/2021 | Provisões 31/12/2021 | Total em 31/12/2020 | Provisões 31/12/2020 |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| E | 30% | Normal | 112.954,18 | 112.954,18 | -33.886,25 | 5.865,06 | -1.759,56 |
| E | 30% | Vencidas | 133.590,08 | 133.590,08 | -40.077,24 | 34.382,13 | -10.314,64 |
| F | 50% | Normal | 20.832,13 | 20.832,13 | -10.416,07 | 0,00 | 0,00 |
| F | 50% | Vencidas | 33.258,14 | 33.258,14 | -16.629,07 | 13.363,00 | -6.681,50 |
| G | 70% | Normal | 8.193,79 | 8.193,79 | -5.735,65 | 0,00 | 0,00 |
| G | 70% | Vencidas | 53.655,90 | 53.655,90 | -37.559,13 | 6.932,67 | -4.852,87 |
| H | 100% | Normal | 11.043,70 | 11.043,70 | -11.043,70 | 0,00 | 0,00 |
| H | 100% | Vencidas | 208.672,19 | 208.672,19 | -208.672,19 | 110.550,96 | -110.550,96 |
| Total Normal | | | 153.023,80 | 153.023,80 | -61.081,67 | 5.865,06 | -1.759,56 |
| Total Vencidos | | | 429.176,31 | 429.176,31 | -302.937,63 | 166.228,76 | -132.399,97 |
| Total Geral | | | 582.200,11 | 582.200,11 | -364.019,30 | 171.093,82 | -134.159,53 |
| Provisões | | | -364.019,30 | -364.019,30 | | -134.159,53 | |
| Total Líquido | | | 218.180,81 | 218.180,81 | | 36.934,29 | |

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|---------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Adiantamentos e Antecipações Salariais | 62.327,70 | 0,00 | 31.837,55 | 0,00 |
| Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a) | 295.089,58 | 0,00 | 14.335,87 | 0,00 |
| Adiantamentos por Conta de Imobilizações | 689.766,38 | 0,00 | 406.079,14 | 0,00 |
| Devedores Diversos – País (b) | 73.287,15 | 0,00 | 35.749,57 | 0,00 |
| Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (c) | 1.554.563,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Antecipadas (d) | 218.460,22 | 0,00 | 156.720,58 | 0,00 |
| TOTAL | 2.893.494,30 | 0,00 | 644.722,71 | 0,00 |

- (a) Registram-se neste grupo os Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta, referentes a Adiantamentos para Despesas de Viagem (R\$ 175,00) e Adiantamentos para Despesas Diversas (R\$ 294.914,58).
- (b) Em Devedores Diversos – País estão registrados os saldos relativos a Diferença de Caixa (R\$ 450,10), Pendências a Regularizar (R\$ 51.815,67) e Pendências a Regularizar – BANCO SICOOB (R\$ 21.021,38).
- (c) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação de pagamento de dívidas e os bens adjudicados judicialmente para recebimento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano de 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.
- (d) Registram-se ainda no grupo, as Despesas Antecipadas, referentes a Prêmios de Seguros (R\$ 103.259,04 e Software (R\$ 115.201,18).

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31/12/2020, os investimentos estavam assim compostos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Participação em Cooperativa Central de Crédito (a) | 6.843.328,87 | 4.910.423,20 |
| Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (b) | 2.177.991,01 | 1.879.496,58 |
| TOTAL | 9.021.319,88 | 6.789.919,78 |

- (a) Refere-se a cotas de capital na **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE**.
- (b) Refere-se a ações do **Banco Cooperativo Sicoob S.A. - BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

| | | Em R\$ | |
|---|------------------|-----------------------|-----------------------|
| Descrição | Taxa Depreciação | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Imobilizações em Curso (a) | - | 2.521.184,85 | 2.454.873,33 |
| Instalações | 10% a.a. | 2.222.478,05 | 1.511.508,19 |
| Mobiliário | 10% a.a. | 5.596.377,50 | 4.099.912,43 |
| Equipamentos de Processamento de Dados | 20% a.a. | 3.474.645,24 | 2.346.513,04 |
| Equipamentos de Comunicação e de Segurança | 10% a.a. | 547.438,08 | 367.800,78 |
| Veículos | 10% e 20% a.a. | 1.437.923,23 | 1.071.061,32 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 10% a.a. | 854.649,14 | 471.588,15 |
| Terrenos | - | 3.316.880,20 | 2.111.880,20 |
| Edificações | 4% a.a. | 7.956.979,80 | 7.382.109,23 |
| Total de Imobilizado de Uso | | 27.928.556,09 | 21.817.246,67 |
| (-) Depreciação Acumulada de Instalações | | (708.097,35) | (435.770,15) |
| (-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos | | (3.424.642,80) | (2.615.998,12) |
| (-) Depreciação Acumulada de Veículos | | (462.448,53) | (401.939,30) |
| (-) Depreciação Acum. de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | | (67.750,23) | 0,00 |
| (-) Depreciação Acumulada de Imóveis - Edificações | | (2.020.614,32) | (1.544.925,92) |
| Total de Depreciação de Imobilizado de Uso | | (6.683.553,23) | (4.998.633,49) |
| TOTAL | | 21.245.002,86 | 16.818.613,18 |

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Cooperativa, como as licenças de uso de softwares, conforme demonstrado abaixo:

| | | Em R\$ | |
|---|--|---------------------|---------------------|
| Descrição | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Sistemas de Processamento de Dados | | 660.980,17 | 474.311,31 |
| Total de Intangível | | 660.980,17 | 474.311,31 |
| (-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis | | (584.432,21) | (414.334,57) |
| Total de Amortização de Intangível | | (584.432,21) | (414.334,57) |
| TOTAL | | 76.547,96 | 59.976,74 |

Parte do valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a 05 licenças de uso do Sistema de Informática do SICOOB - SISBR adquiridas em 29/07/2011, 02 licenças adquiridas em 04/04/2013, 01 licença adquirida em 28/12/2015 e 02 licenças adquiridas em 01/11/2018, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, totalizando o valor de R\$ 294.417,89.

Os demais valores registrados na rubrica "Intangível" referem-se a softwares para computadores, softwares para servidores, licenças de uso de antivírus e softwares de programas adquiridos pelo **SICOOB SAROMCREDI**.

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|-----------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Depósitos à Vista (a) | 140.786.563,72 | 0,00 | 125.305.443,08 | 0,00 |
| Depósitos Sob Aviso | 113.337,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos a Prazo (b) | 262.041.319,94 | 0,00 | 181.975.284,74 | 0,00 |
| TOTAL | 402.941.221,23 | 0,00 | 307.280.727,82 | 0,00 |

- É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
- É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/2013. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de Captação no Mercado".

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 25 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

Concentração dos principais depositantes:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | % Carteira Total | 31/12/2020 | % Carteira Total |
|-------------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Maior Depositante | 10.660.046,63 | 2,52 | 2.196.904,72 | 0,87 |
| 10 Maiores Depositantes | 36.339.195,44 | 8,59 | 13.000.713,35 | 5,34 |
| 50 Maiores Depositantes | 69.530.423,11 | 16,44 | 36.653.164,21 | 14,83 |

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|----------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – LCI (a) | 8.684.137,96 | - | 531.146,77 | - |
| Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA (b) | 11.301.092,66 | - | 5.418.114,68 | - |
| TOTAL | 19.985.230,62 | - | 5.949.261,45 | - |

- Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004).
- Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 25 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

15. Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Em R\$

| Instituição | Taxa | Vencimento(s) | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|--------------------------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| | | | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Banco Sicoob S.A. | Entre 2,75% a.a. e 13,27% a.a. | Entre 10/02/2022 e 15/10/2031 | 42.751.726,91 | 15.675.769,92 | 23.818.121,17 | 9.493.801,24 |
| (-) Despesas a Apropriar Banco Sicoob S.A. | | | -1.788.845,08 | -2.705.902,55 | -857.030,44 | -1.574.442,62 |
| TOTAL | | | 40.962.881,83 | 12.969.867,37 | 22.961.090,73 | 7.919.358,62 |

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Em R\$

| Instituição | Taxa | Vencimento(s) | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|------------------------|------------------|---------------|----------------------|----------------|------------|----------------|
| | | | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| SICOOB Central Cecemge | 104% do CDI a.a. | 01/12/2023 | 30.238.229,46 | - | - | - |
| TOTAL | | | 30.238.229,46 | - | - | - |

Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 25 - **Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**.

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados ou a empresas conveniadas, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|-------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Recursos em Trânsito de Terceiros (a) | 156.024,80 | - | 1.101.603,01 | - |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 28.542,78 | - | 22.837,28 | - |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b) | 294.722,81 | - | 11.839,42 | - |
| Total | 479.290,39 | - | 1.136.279,71 | - |

- a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de Pagamento (R\$ 143.000,00) e Convênios de Saneamento (R\$ 13.024,80).
- b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos aos tributos de Operações de Crédito – IOF (R\$ 163.595,09) e Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF (R\$ 4.579,14); e os valores a repassar de tributos arrecadados Municipais (R\$ 126.548,58).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SAROMCREDI** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a) | 786.049,26 | 491.625,61 | 238.609,90 | 428.255,02 |
| Provisão para Contingências (b) | 0,00 | 2.300.862,45 | 0,00 | 1.642.689,74 |
| TOTAL | 786.049,26 | 2.792.488,06 | 238.609,90 | 2.070.944,76 |

- a) Refere-se à Provisão para Garantias Financeiras Prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval e fiança prestados em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras e empresas privadas, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

| Nível / Percentual de Risco | | Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 31/12/2021 | Provisões 31/12/2021 | Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas 31/12/2020 | Provisões 31/12/2020 |
|-----------------------------|------|---|----------------------|---|----------------------|
| AA | - | 9.187.188,01 | 0,00 | 6.032.105,54 | 0,00 |
| A | 0,5% | 28.377.743,73 | -141.889,66 | 27.423.421,28 | -137.118,01 |
| B | 1% | 7.529.068,64 | -75.290,81 | 5.982.831,31 | -59.828,25 |
| C | 3% | 4.953.881,62 | -148.616,67 | 2.975.460,36 | -89.263,87 |
| D | 10% | 883.120,37 | -88.312,26 | 781.485,94 | -78.148,73 |
| E | 30% | 614.332,24 | -184.299,73 | 350.337,10 | -105.101,20 |
| F | 50% | 429.910,70 | -214.955,60 | 35.874,15 | -17.937,11 |
| G | 70% | 343.710,52 | -240.597,39 | 3.719,42 | -2.603,60 |
| H | 100% | 183.712,75 | -183.712,75 | 176.864,15 | -176.864,15 |
| Total | | 52.502.668,58 | -1.277.674,87 | 43.762.099,25 | -666.864,92 |

- b) A Provisão para Contingências é estabelecida para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, contra a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos. A Cooperativa mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como risco de perda provável, em montante considerado suficiente para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável. Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--------------|----------------------------------|---------------------|----------------------------------|---------------------|
| | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais |
| PIS (a) | 58.882,03 | 0,00 | 56.381,14 | 0,00 |
| PIS FOLHA | 881.716,60 | 881.716,60 | 612.525,14 | 612.525,14 |
| COFINS (a) | 1.360.263,82 | 1.360.263,82 | 973.783,46 | 973.783,46 |
| TOTAL | 2.300.862,45 | 2.241.980,42 | 1.642.689,74 | 1.586.308,60 |

- a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos com cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SAROMCREDI**, existem processos judiciais trabalhistas e cíveis nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda "possível", totalizando **R\$ 1.124.217,98**.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo estava assim composto:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar | 94.933,94 | 0,00 | 187.269,06 | 0,00 |
| Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros | 16.714,43 | 0,00 | 14.200,54 | 0,00 |
| Impostos e Contribuições sobre Salários | 624.133,38 | 0,00 | 384.124,37 | 0,00 |
| Outros | 102.551,78 | 0,00 | 62.241,78 | 0,00 |
| TOTAL | 838.333,53 | 0,00 | 647.835,75 | 0,00 |

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo estava assim composto:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|----------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (a) | 208.750,96 | 0,00 | 129.803,05 | 0,00 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar (b) | 2.913.638,63 | 0,00 | 1.691.576,58 | 0,00 |
| Credores Diversos - País (c) | 1.335.327,30 | 0,00 | 727.400,32 | 0,00 |
| Sociais e Estatutárias | 6.203.939,35 | 0,00 | 5.262.950,65 | 0,00 |
| TOTAL | 10.661.656,24 | 0,00 | 7.811.730,60 | 0,00 |

- a) Refere-se a salários e vencimentos a pagar de associados e terceiros.
- b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (Salários, Honorários, Férias, INSS sobre Férias, FGTS sobre Férias e PIS sobre Férias) no valor total de

R\$ 2.308.804,29, Outras Despesas Administrativas (Assessoria Técnica, Auditoria Externa, Transporte, Compensação, Estagiários a Pagar, Seguro Prestamista, Provisão de Despesas com Cartões, Custos de Transações Interfinanceiras e Outras Despesas Administrativas) no valor total de R\$ 604.504,32 e Outros Pagamentos (Ordem de Pagamento – Encerramento de Conta Salário) no valor de R\$ 330,02.

- c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$ 136.280,94), Diferença de Caixa (R\$ 7.909,10), Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 630.349,92), Cooperativa Central (R\$ 43.823,93), Seguro de Terceiros a Pagar (R\$ 68,67), Cheques Depositados (R\$ 277.574,33), Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado (R\$ 234.519,86) e Pendências – Avais e Fianças Honrados (R\$ 4.800,55).

20.1 Sociais e Estatutárias

Composição do saldo de Sociais e Estatutárias e respectivos detalhamentos:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para Participações nas Sobras (a) | 1.352.401,90 | 0,00 | 1.010.264,96 | 0,00 |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES (b) | 3.764.031,38 | 0,00 | 3.449.428,56 | 0,00 |
| Gratificações e Participações a Pagar (c) | 79.277,00 | 0,00 | 68.801,71 | 0,00 |
| Cotas de Capital a Pagar (d) | 1.008.229,07 | 0,00 | 734.455,42 | 0,00 |
| TOTAL | 6.203.939,35 | 0,00 | 5.262.950,65 | 0,00 |

- (a) Refere-se à provisão para possível pagamento de participação nas sobras aos funcionários da Cooperativa, conforme lei nº 10.101/2000 e Convenção Coletiva de Trabalho.
- (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 20% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (c) Refere-se à provisão para possível pagamento de gratificações aos dirigentes da Cooperativa.
- (d) Refere-se ao valor de cota de capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Capital Social | R\$ 28.591.943,63 | R\$ 20.770.914,05 |
| Associados | 36.612 | 29.045 |

b) Reservas de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em **20 de abril de 2021**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$ 1.435.447,93**, sendo que deste valor foram incorporados ao capital a quantia de R\$ 1.422.595,86 e destinado a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 12.852,07. Os cooperados também deliberaram a distribuição de sobras em conta corrente com sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$ 1.435.447,92**, sendo que deste valor foram creditadas em conta corrente dos associados a quantia de R\$ 1.411.285,17 e as sobras remanescentes no valor de R\$ 24.162,75 foram incorporadas ao capital a quantia de R\$ 3.167,24 e destinadas a cotas de capital a pagar o valor de R\$ 20.995,51, por motivo de contas correntes encerradas; perfazendo o total de **R\$ 2.870.895,85** de sobras distribuídas aos cooperados.

d) Destinações Estatutárias e Legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

| | Em R\$ | |
|--|----------------------|----------------------|
| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Sobra Líquida do Exercício | 12.804.086,44 | 11.483.583,42 |
| Lucro Líquido Decorrentes de Atos Não Cooperativos Apropriado ao FATES | 0,00 | 0,00 |
| Perdas por Incorporações | (183.328,01) | 0,00 |
| Sobra Líquida, Base de Cálculo das Destinações | 12.620.758,43 | 11.483.583,42 |
| Destinações Estatutárias: | | |
| Reserva Legal - 65% | (8.203.492,98) | (5.167.612,54) |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 20% | (2.524.151,69) | (3.445.075,03) |
| Sobra à Disposição da Assembleia Geral – 15% | 1.893.113,76 | 2.870.895,85 |

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades; e

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

| | Em R\$ | |
|---|---------------------|---------------------|
| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receita de Prestação de Serviços | 5.272.849,69 | 4.002.512,73 |
| Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos | (995.696,91) | (711.078,89) |
| Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos | (2.345.891,45) | (1.777.837,56) |
| Resultado Operacional | 1.931.261,33 | 1.513.596,28 |
| Receitas/Despesas Não Operacionais (Líquidas) | 135.587,33 | 111.258,98 |
| Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 2.066.848,66 | 1.624.855,26 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (456.963,78) | (415.500,05) |
| Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido) | 1.609.884,88 | 1.209.355,21 |
| Deduções de Receitas Não Passíveis de Destinação | (1.690.267,98) | (1.382.464,85) |
| Resultado de Atos Não Cooperativos Passíveis de Destinação | (80.383,10) | (173.109,64) |

23. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram ao artigo 7º da Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, que limita a remuneração ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital foi de **R\$ 1.016.112,57**, equivalente a **100%** da variação da SELIC. Em 2020, o montante da remuneração de juros ao capital foi de **R\$ 526.105,11**, equivalente a **100%** da variação da SELIC.

24. Receitas de Operações de Crédito

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 515.120,31 | 905.795,30 | 747.568,57 |
| Rendas de Empréstimos | 20.002.856,16 | 33.324.474,40 | 20.233.472,81 |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados | 918.477,99 | 1.609.706,70 | 1.440.926,43 |
| Rendas de Financiamentos | 1.749.058,61 | 3.202.863,97 | 2.812.186,93 |
| Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres | 3.682.305,16 | 6.347.558,47 | 5.227.387,79 |
| Rendas de Financiamentos Rurais – Repasses | 907.846,32 | 1.582.333,97 | 1.502.100,19 |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 2.138.636,84 | 3.005.930,95 | 1.978.485,11 |
| Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honorados | 2.764,35 | 5.093,47 | 5.609,55 |
| TOTAL | 29.917.065,74 | 49.983.757,23 | 33.947.737,38 |

25. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| Operações de Captação no Mercado | -7.972.527,86 | -10.821.816,30 | -4.616.683,82 |
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio | -3.450,88 | -5.005,90 | 0,00 |
| Despesas de Depósitos a Prazo | -7.240.128,37 | -9.781.256,72 | -4.092.700,33 |
| Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio | -254.924,20 | -301.838,76 | -153.028,63 |
| Despesas de Letras de Crédito Imobiliário | -171.088,24 | -179.844,64 | -146,77 |
| Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Créditos - FGOOP | -302.936,17 | -553.870,28 | -370.808,09 |
| Operações de Empréstimos e Repasses | -1.233.143,64 | -1.981.629,70 | -1.587.717,82 |
| Despesas de Empréstimos no País – Outras Instituições | -238.229,46 | -238.229,46 | 0,00 |
| Despesas de Repasses Interfinanceiros | -994.914,18 | -1.743.400,24 | -1.587.717,82 |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | -3.873.756,23 | -5.205.400,97 | -2.124.994,34 |
| Reversões de Provisões para Operações de Crédito | 4.095.927,67 | 6.384.457,99 | 7.077.326,66 |
| Reversões de Provisões para Outros Créditos | 101.376,59 | 119.381,97 | 132.550,53 |
| Provisões para Operações de Crédito | -7.812.405,97 | -11.224.711,58 | -9.047.931,25 |
| Provisões para Outros Créditos | -258.654,52 | -484.529,35 | -286.940,28 |
| TOTAL | -13.079.427,73 | -18.008.846,97 | -8.329.395,98 |

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Rendas de Cobrança | 503.952,57 | 961.901,58 | 843.998,44 |
| Rendas de Transferências de Fundos | 3,48 | 21.074,22 | 39.527,72 |
| Rendas de Outros Serviços | 4.167.638,69 | 6.331.417,48 | 4.359.508,75 |
| TOTAL | 4.671.594,74 | 7.314.393,28 | 5.243.034,91 |

27. Rendas de Tarifas

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Rendas de Pacotes de Serviços - PF | 81.645,00 | 129.564,90 | 63.420,30 |
| Rendas de Serviços Prioritários - PF | 261.240,70 | 557.837,70 | 721.543,80 |
| Rendas de Serviços Diferenciados - PF | 147.070,21 | 308.378,60 | 425.204,42 |
| Rendas de Tarifas Bancárias - PJ | 584.244,38 | 1.102.424,65 | 952.229,51 |
| TOTAL | 1.074.200,29 | 2.098.205,85 | 2.162.398,03 |

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas de Honorários – Conselho Fiscal | -17.192,10 | -33.077,88 | -27.008,63 |
| Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração | -773.536,14 | -1.560.628,31 | -1.339.790,12 |
| Despesas de Pessoal - Benefícios | -1.590.789,34 | -2.898.149,07 | -2.170.862,88 |
| Despesas de Pessoal – Encargos Sociais | -2.103.123,44 | -3.819.458,86 | -2.629.411,94 |
| Despesas de Pessoal - Proventos | -5.668.267,21 | -10.305.766,94 | -7.133.811,10 |
| Despesas de Pessoal - Treinamento | -37.132,78 | -88.132,88 | -254.359,47 |
| Despesas de Remuneração de Estagiários | -20.020,00 | -27.243,34 | -14.095,87 |
| TOTAL | -10.210.061,01 | -18.732.457,28 | -13.569.340,01 |

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas de Água, Energia e Gás | -155.277,57 | -284.889,31 | -210.707,38 |
| Despesas de Aluguéis | -334.157,84 | -603.485,22 | -535.943,39 |
| Despesas de Comunicações | -719.423,84 | -1.193.580,05 | -502.914,19 |
| Despesas de Manutenção e Conservação de Bens | -339.460,77 | -726.916,19 | -685.124,57 |
| Despesas de Material | -143.715,97 | -287.501,81 | -225.317,86 |
| Despesas de Processamento de Dados | -900.681,81 | -1.836.721,11 | -1.544.781,89 |
| Despesas de Promoções e Relações Públicas | -641.889,75 | -981.778,54 | -636.535,19 |
| Despesas de Propaganda e Publicidade | -484.229,21 | -576.650,41 | -185.765,66 |
| Despesas de Publicações | -840,00 | -9.152,25 | -4.036,00 |
| Despesas de Seguros | -143.067,77 | -294.278,12 | -236.119,74 |
| Despesas de Serviços do Sistema Financeiro | -1.361.220,20 | -2.342.778,76 | -1.812.585,00 |
| Despesas de Serviços de Terceiros | -277.846,23 | -466.777,52 | -375.864,99 |
| Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança | -200.274,30 | -403.391,26 | -343.764,33 |
| Despesas de Serviços Técnicos Especializados | -464.427,85 | -808.369,28 | -419.800,39 |
| Despesas de Transporte | -436.167,83 | -782.289,94 | -644.895,67 |
| Despesas de Viagem ao Exterior | -61.953,02 | -61.953,02 | -10.576,87 |
| Despesas de Viagem no País | -287.581,74 | -484.031,97 | -370.696,08 |
| Outras Despesas Administrativas | -751.610,18 | -1.381.178,06 | -994.769,55 |
| Despesas de Amortização | -12.061,11 | -23.481,59 | -24.000,24 |
| Despesas de Depreciação | -857.087,13 | -1.620.303,89 | -1.096.777,42 |
| TOTAL | -8.572.974,12 | -15.169.508,30 | -10.860.976,41 |

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 24.898,46 | 24.898,48 | 461,21 |
| Dividendos | 0,00 | 46.805,89 | 122.833,71 |
| Atualização de Depósitos Judiciais | 19.589,85 | 31.364,05 | 19.323,34 |
| Rendas de Repasses Delcredere | 206.838,95 | 392.465,93 | 396.856,39 |
| Rendas Juros Cartão de Crédito | 507.757,87 | 869.446,68 | 547.411,92 |
| Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito | 74.810,64 | 129.964,44 | 89.720,15 |
| Crédito Receita SIPAG - Faturamento | 229.200,73 | 432.488,80 | 355.026,10 |
| Crédito Receita SIPAG - Antecipação | 123.168,86 | 242.284,26 | 236.625,11 |
| Distribuição de Sobras da Central | 0,00 | 120.954,45 | 104.603,19 |
| Premiações | 1.587,28 | 9.548,97 | 78.990,25 |
| Outras Rendas Operacionais | 450.556,52 | 613.067,00 | 128.538,44 |
| TOTAL | 1.638.409,16 | 2.913.288,95 | 2.080.389,81 |

31. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| PIS Judicial | -53.273,04 | -95.470,64 | -65.985,30 |
| Disp. Descontos Concedidos em Renegociações | -182,50 | -13.857,81 | -90.966,88 |
| Descontos Concedidos - Operações de Crédito | -20.820,62 | -27.157,41 | -24.334,09 |
| Bonificação de Seguro Prestamista | -81,80 | -90,42 | -13,55 |
| Multa e Juros Diversos | -14.284,61 | -14.286,80 | -1.637,18 |
| Tarifa Recebimento Convênio - INSS | -52.304,04 | -58.613,29 | -5.092,88 |
| Tarifas Consultas / Saques Cirrus Cabal | -47,00 | -55,70 | -1,30 |
| Cancelamento - Tarifas Pendentes | -15.278,19 | -20.818,42 | -12.283,37 |
| Tarifa Recebimento Convênio - CRA'S Cartórios | -1.269,00 | -1.732,50 | -778,50 |
| Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas | -45.392,51 | -75.812,89 | -24.908,01 |
| Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais | 0,00 | -7.271,89 | -9.460,08 |
| Perdas - Fraudes Externas | 0,00 | -23.200,00 | -15.330,16 |
| Perdas - Demandas Trabalhistas | -34.486,80 | -43.486,80 | 0,00 |
| Perdas - Falhas em Sistemas de TI | -1.420,00 | -3.744,00 | -1.381,87 |
| Perdas - Falhas de Gerenciamento | -18.163,01 | -19.908,01 | -16.263,93 |
| Custos com Portabilidade - RCO | -511,40 | -511,40 | 0,00 |
| Descontos Concedidos - Repasses Interfinanceiros - Recursos Direcionados à Vista | 0,00 | 0,00 | -868,09 |
| Descontos Concedidos - Crédito - Recursos Direcionados à Vista | -29,38 | -33,09 | -24.453,96 |
| Descontos Concedidos - Crédito - Recursos Direcionados Poupança | -1.698,46 | -1.698,46 | -869,72 |
| Descontos Concedidos - Crédito - Aplicações Recursos Livres | -2.915,17 | -4.406,79 | -48.143,01 |
| Descontos Concedidos - Crédito Pessoal | -23.773,43 | -57.590,33 | -43.135,27 |
| Estorno Juros - Crédito Pessoal | 0,00 | 0,00 | -1.037,60 |
| Descontos Concedidos - Crédito Pessoal - Consignado | -6.838,96 | -37.284,15 | -59.332,23 |
| Descontos Concedidos - Capital de Giro | -61.101,95 | -119.527,95 | -109.983,25 |
| Descontos Concedidos - Emp. com Garantias de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | -5.036,28 |
| Descontos Concedidos - Outros | 0,00 | 0,00 | -250,96 |
| Despesa Faturamento - SIPAG | -34.616,48 | -50.592,58 | -18.403,41 |
| Outras Despesas Operacionais | -19.589,85 | -31.364,05 | -19.257,62 |
| TOTAL | -408.078,20 | -708.515,38 | -599.208,50 |

32. Provisões

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|--------------------|--------------------|-------------------|
| Provisões para Contingências | -1.781,12 | -2.500,89 | -1.511,02 |
| Provisões para Contingências | -1.781,12 | -2.500,89 | -1.511,02 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | -150.536,41 | -244.665,53 | 357.015,49 |
| Provisões para Garantias Prestadas | -498.744,49 | -856.471,62 | -645.586,69 |
| Reversões de Provisões para Garantias Prestadas | 348.208,08 | 611.806,09 | 1.002.602,10 |
| TOTAL | -162.317,53 | -247.166,42 | 355.504,39 |

33. Outras Receitas e Despesas

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------------|-------------------|-------------------|
| Lucros em Transações com Valores e Bens | 34.690,11 | 137.976,47 | 112.100,32 |
| Prejuízos em Transações com Valores e Bens | -169,43 | -1.837,29 | -1.912,76 |
| Ganhos de Capital | 12.073,31 | 19.507,52 | 15.941,76 |
| Perdas de Capital | -8.262,94 | -20.275,56 | -14.870,34 |
| Rendas de Aluguéis | 216,19 | 216,19 | 0,00 |
| Resultado Líquido | 38.547,24 | 135.587,33 | 111.258,98 |

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2021 foram identificados os eventos considerados "resultados não recorrentes" no valor de R\$ 135.587,33, equivalente a 1,06% das sobras líquidas. No período de 2020 os eventos considerados "resultados não recorrentes" foram de R\$ 111.258,98, equivalente a 0,97% das sobras líquidas.

35. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021:

Em R\$

| Montante das Operações Ativas | Valores | % em Relação a Carteira Total | Provisão de Risco |
|--|----------------------|-------------------------------|-------------------|
| Partes Relacionadas – Vínculo de Grupo Econômico | 12.039.110,19 | 2,13 | 373.284,30 |
| Partes Relacionadas – Sem Vínculo de Grupo Econômico | 1.930.945,18 | 0,34 | 7.890,34 |
| TOTAL | 13.970.055,37 | 2,47 | 381.174,64 |
| Montante das Operações Passivas | 4.973.242,88 | 1,08 | 0,00 |

| Percentual em Relação a Carteira Geral de Movimentação no Exercício de 2021 | |
|---|-------|
| Empréstimos e Financiamentos | 1,54% |
| Direitos Creditórios Descontados | 0,04% |
| Crédito Rural | 0,89% |
| Aplicações Financeiras | 1,08% |

b) Operações ativas e passivas – saldos em 31/12/2021:

Nos quadros abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021:

Em R\$

| Natureza das Operações de Crédito | Valor das Operações de Crédito | Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) | % das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total |
|-----------------------------------|--------------------------------|---|--|
| Cheque Especial | 15.175,45 | 1.872,46 | 0,31 |
| Conta Garantida | 165,03 | 11,81 | 0,01 |
| Empréstimos | 14.155.578,31 | 466.689,85 | 5,43 |
| Financiamentos | 255.509,91 | 1.277,54 | 0,99 |
| Financiamentos Rurais | 4.793.696,21 | 24.128,08 | 4,38 |
| Direitos Creditórios Descontados | 25.589,27 | 50,24 | 0,24 |

Em R\$

| Natureza dos Depósitos | Valor dos Depósitos | % em Relação à Carteira Total | Taxa Média % a.m. |
|--|---------------------|-------------------------------|-------------------|
| Depósitos à Vista | 1.856.341,50 | 1,34 | 0,00 |
| Depósitos a Prazo | 1.134.627,67 | 0,43 | 0,73 |
| Letras de Crédito do Agronegócio – LCA | 34.029,60 | 0,17 | 0,60 |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 50.194,95 | 0,25 | 0,60 |

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC), letra de crédito do agronegócio (LCA), letra de crédito imobiliário (LCI), adiantamento à depositante, cheque especial, conta garantida, títulos descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, financiamentos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Em R\$

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Aplicadas em Relação as Partes Relacionadas | Taxas Aprovadas pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva |
|---|---|--|
| Adiantamento à Depositante | 15% a.m. | 15% a.m. |
| Cheque Especial | 5,49% a.m. | 5,49% a.m. |
| Conta Garantida | 2,89% a.m. a 5,49% a.m. | 2,89% a.m. a 5,49% a.m. |
| Direitos Creditórios Descontados | 1,47% a.m. a 2,10% a.m. | 1,47% a.m. a 2,10% a.m. |
| Empréstimos e Financiamentos | 0,50% a.m. a 2,89% a.m. | 0,50% a.m. a 2,89% a.m. |
| Crédito Rural – RPL | 8,99% a.a. a 23,87% a.a. | 8,99% a.a. a 23,87% a.a. |
| Crédito Rural – Repasses | 2,75% a.a. a 13,27% a.a. | 2,75% a.a. a 13,27% a.a. |
| Aplicação Financeira – Recibo de Depósito Cooperativo (RDC) | 92% a 102% do CDI (a.m.) | 92% a 102% do CDI (a.m.) |
| Letra de Crédito do Agronegócio - LCA | 80% a 90% do CDI (a.m.) | 80% a 90% do CDI (a.m.) |
| Letra de Crédito Imobiliário - LCI | 80% a 90% do CDI (a.m.) | 80% a 90% do CDI (a.m.) |

Conforme Política de Crédito do Sistema SICOOB, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, penhores, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em R\$

| Natureza da Operação de Crédito | Valor das Garantias Prestadas |
|----------------------------------|-------------------------------|
| Cheque Especial | 15.467,38 |
| Crédito Rural | 16.806.757,16 |
| Direitos Creditórios Descontados | 75.781,23 |
| Empréstimos | 56.592.908,39 |
| Financiamentos | 963.927,19 |



e) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Em R\$

| Doações a Partes Relacionadas no Exercício de 2021 | |
|--|--------------|
| Pessoa Jurídica | 1.386.859,70 |

f) Os saldos das coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas eram os seguintes:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------|--------------|------------|
| Coobrigações | 1.341.345,03 | 358.882,10 |

g) No decorrer do exercício de 2021, houve aquisição no valor de R\$ 17.000,00, por parte relacionada, de venda de bem patrimonial da Cooperativa.

h) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificações, INSS, plano de saúde, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

Em R\$

| Descrição | Benefícios Monetários no Exercício de 2021 | Benefícios Monetários no Exercício de 2020 |
|----------------------------------|--|--|
| Gratificações | 132.128,32 | 116.580,60 |
| Honorários / Cédulas de Presença | 1.387.482,02 | 1.200.316,64 |
| INSS | 303.922,09 | 266.487,90 |
| Plano de Saúde | 5.734,37 | 5.078,16 |
| Previdência Privada | 22.997,48 | 20.640,48 |
| Vale Alimentação | 45.364,00 | 42.960,00 |

36. Cooperativa Central

A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SAROMCREDI** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Em R\$

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Ativo – Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 4) | 151.196.155,96 | 135.345.456,24 |
| Ativo – Investimentos (Nota 10) | 6.843.328,87 | 4.910.423,20 |
| Total das Operações Ativas | 158.039.484,83 | 140.255.879,44 |
| Passivo – Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 15) | 30.238.229,46 | 0,00 |
| Total das Operações Passivas | 30.238.229,46 | 0,00 |

Saldos das receitas e despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Em R\$

| Descrição | 2º SEMESTRE 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 4.409.920,00 | 6.230.516,45 | 3.076.836,62 |
| Total das Receitas | 4.409.920,00 | 6.230.516,45 | 3.076.836,62 |
| Rateio de Despesas da Central | -207.185,26 | -319.458,07 | -199.919,80 |
| Total das Despesas | -207.185,26 | -319.458,07 | -199.919,80 |

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do SICOOB é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no SICOOB.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

37.1 Risco Operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas e a adequação

dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SICOOB, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O SICOOB dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do SICOOB seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do SICOOB é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo SICOOB baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do SICOOB.

37.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O SICOOB dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do SICOOB atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do SICOOB.

37.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O SICOOB não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do SICOOB para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do SICOOB, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Índice de Basileia - IB | 15,95% | 18,12% |
| Patrimônio de Referência - PR | R\$ 69.094.267,57 | R\$ 53.160.469,54 |
| Ativos Ponderados pelo Risco - RWARPS | R\$ 433.135.877,10 | R\$ 293.254.588,62 |
| Grau de Imobilização - GI (Limite 50%) | 30,75% | 31,63% |
| Imobilizado para Cálculo do Limite | R\$ 21.245.002,86 | R\$ 16.818.613,18 |

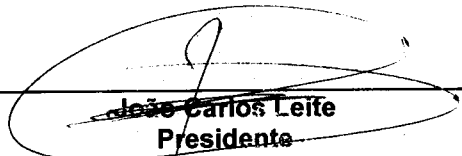
40. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições pagas pela Cooperativa são equivalentes a no máximo 3% dos salários dos funcionários e administradores.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de **2021** totalizaram R\$ 61.293,50.

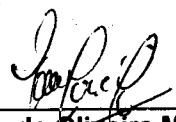
São Roque de Minas - MG, 31 de janeiro de 2022.




João Carlos Leite
Presidente



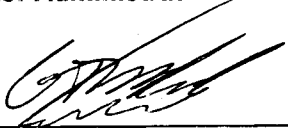
Diego César Fregúgia de Faria
Diretor Financeiro



Eder de Oliveira Melo
Diretor de Negócios



Honero Geraldo Pereira
Diretor Administrativo Coordenador



Glauter Tadeu da Costa
Contador – CRC MG-123423/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi

1 – O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi, reunidos em **22 de fevereiro de 2022**, em cumprimento ao artigo 89, inciso “IV” do Estatuto Social desta Cooperativa, declara para os devidos fins legais e estatutários que observando os documentos e peças contábeis que compreendem os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações de Resultados Abrangentes e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2021**, foi constatado que tudo encontra-se em ordem.


2 – Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi, em **31 de dezembro de 2021**.

3 – Assim, somos favoráveis à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao **exercício de 2021**.

São Roque de Minas - MG, 22 de fevereiro de 2022.



Daniel Soares de Moraes
Coordenador



Sítia Renata da Silva Faria
Conselheira Fiscal



Iury Augusto de Freitas Cruvinel
Secretário

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI

São Roque de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SAROMCREDI em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG 14 de março de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE

ELISANGELA DE CÁSSIA LARA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O